

Especialistas apontam caminhos para combater violência institucional contra mulheres

Entre as ideias apresentadas, estão tornar crime o ato ou a omissão de agentes públicos que prejudique o atendimento à vítima; e capacitar operadores da Justiça

[\(Agência Câmara de Notícias | 30/11/2020 | Por Lara Haje\)](#) A Câmara dos Deputados recebeu de parlamentares e especialistas uma série de sugestões para combater a violência institucional e a violência praticada contra vulneráveis. Os temas foram debatidos nesta segunda-feira (30) em audiência pública promovida pela [Secretaria da Mulher](#) como parte da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

A 1ª Procuradora-Adjunta da Mulher, deputada [Aline Gurgel \(Republicanos-AP\)](#), citou, entre as propostas em debate na Casa o Projeto de Lei 5091/20, que torna crime a violência institucional, ou seja, os atos ou a omissão de agentes públicos que prejudiquem o atendimento à vítima de violência. A pena prevista é de detenção de três meses a um ano e multa.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Mulheres são 64,2% dos candidatos sem nenhum voto nas eleições

As eleições de 15 de novembro tiveram 5.297 candidatos que não receberam nenhum voto. A maioria desse grupo (64,2%) é formada por mulheres: foram 3.454 candidatas que não receberam o “confirma” nem de si mesmas. Na

eleição municipal de 2016, as mulheres foram 85,9% dos 18.577 candidatos sem votos (15.957).

[\(Poder 360 | 26/11/2020\)](#)

Os partidos são obrigados, desde 2009, a ter 1 número mínimo de mulheres concorrendo em cada eleição. A Lei nº 12.034 estabelece que as candidaturas femininas devem representar 30% do total de candidatos de uma sigla. Em 2020, foram 187.028 candidatas, o correspondente a 33,55%.

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

Márcia Lima: “Debate racial mudou de patamar. Não vejo mais os jovens aceitando silenciamento”

Socióloga e professora da USP que coordena núcleo de pesquisas sobre raça no Cebrap afirma que o caso de João Alberto mostra que a visibilidade sobre desigualdade e violência contra negros se ampliou. “O Brasil tem um George Floyd por dia”

[\(El País Brasil | 23/11/2020\)](#)

A socióloga Márcia Lima (Barra do Piraí-RJ, 1971) coordena há um ano um núcleo de pesquisa sobre a questão racial em um dos mais prestigiosos centros de estudos sociais e políticos do Brasil, o [Cebrap](#) (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Seu grupo, o [Afro \(Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial\)](#), foi criado em novembro de 2019 com a proposta não somente desenvolver e dar visibilidade

para [pesquisas sobre desigualdade racial](#), mas também abrir um caminho para que intelectuais negros ocupem mais espaços de excelência.

A socióloga conversou com o EL PAÍS na última terça-feira, 17, antes de virem ao noticiário [cenas da brutalidade](#) que, na véspera do Dia da Consciência Negra, levou à [morte de João Alberto Silveira Freitas](#), um homem negro de 40 anos, por dois seguranças brancos de um supermercado da rede Carrefour em Porto Alegre. A pedido do jornal ela respondeu a mais três perguntas sobre o caso por e-mail —são elas que abrem esta entrevista.

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

Mulheres que se candidataram em 2020 pensaram em desistir por sobrecarga, diz estudo

Levantamento foi realizado pelo projeto Escuta Candidata, que ofereceu atendimento psicoterápico gratuito online

[\(Folha de S.Paulo | 23/11/2020 | Por Mônica Bergamo\)](#)

Um estudo realizado com 20 [mulheres candidatas que participaram das eleições municipais](#) deste ano apontou que quase 90% delas pensaram em desistir da candidatura por motivos como falta de recursos financeiros e [sobrecarga de funções](#).

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

“Resposta ao patriarcado”: lésbicas, elas serão vereadoras e fazem história

“No Brasil todo foram 13 lésbicas eleitas, não só em capitais, mas em outras cidades. Aqui em Florianópolis, ter sido a primeira mulher lésbica eleita, e estar entre 5 mulheres numa Câmara, numa cidade em que até então, em 2019, tinham passado pela Câmara apenas 13 mulheres, já é um fato histórico”, analisa Carla Ayres.

[\(Morango/Universa/UOL | 19/11/2020 | Por Ana Angélica Martins Marques, colunista do UOL\)](#)

Carla é Carla Ayres, graduada em Ciências Sociais, com mestrado em Ciências Políticas e doutorado em Sociologia Política, e também a primeira mulher assumidamente lésbica a conquistar o cargo de vereadora (PT) em Florianópolis, capital catarinense.

Para Carla Ayres, a representatividade em espaços de poder impacta diretamente a vida da população LGBTQIA+.

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

No dia da consciência negra, precisamos falar sobre as eleições municipais, por Camila

Marins

Nós, mulheres negras, ainda somos minoria na política. Este quadro reflete a desigualdade e o racismo que nos colocam em uma maioria de pessoas sem acesso a direitos. No Rio de Janeiro, elegemos duas mulheres negras de esquerda, Tainá de Paula (PT), a mais votada neste campo político, e Thais Ferreira (PSOL). Homens brancos seguem confirmando e protegendo os seus privilégios também no processo eleitoral.

Em âmbito nacional, o perfil médio do eleito é homem, branco, casado, com ensino médio completo e média de idade de 44 anos, segundo levantamento do G1 com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dentre os mais de 58 mil eleitos para as Câmaras municipais, 84% são homens e 16% mulheres. Um resultado vergonhoso em termos de paridade que deveria preocupar seriamente os partidos políticos comprometidos com a democracia para além da retórica. Estes dados não informam outros padrões que sabemos que existem, como a cisgeneridade e a heterossexualidade. São as organizações e coletivas do movimento LGBTI que têm trabalhado para a produção deste levantamento.

Já em relação a financiamento, de acordo com os dados informados pelas legendas e pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), compilados pela plataforma 72 horas, 62,7% de todo o R\$1,33 bilhão distribuído foi para candidatos brancos, sem contabilizar o montante altíssimo de doações também destinado a este grupo. Nenhum homem negro de esquerda foi eleito. Apenas um quinto dos vereadores eleitos no Rio de Janeiro são negras e negros, sendo que 46% da população da cidade é negra, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Neste sentido, a dificuldade de acesso a recursos e visibilidade de homens negros é mais parecida com a realidade das mulheres do que com os homens brancos. Isto é algo fundamental para pensarmos sobre as alianças feministas a serem construídas com os homens negros pela luta em defesa da vida, pelos direitos da população negra e contra o genocídio.

Um levantamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) apontou que apenas 127 mulheres foram eleitas em todo o estado do Rio de Janeiro e que em 28 municípios, nenhuma mulher foi eleita. Marielle Franco, vereadora brutalmente assassinada, iniciou em 2017 um movimento importante, o “Mulheres na Política”, colocando num mesmo palco várias mulheres de esquerda, afirmando uma política de alianças feminista, anticapitalista e antirracista. Em Belo Horizonte, a iniciativa “MUITAS” atua de forma coletiva para a ampliação da participação política de mulheres, da

população negra, periférica, favelada e LGBTIs com resultados importantíssimos como a Gabinetona, de aliança entre parlamentares eleitas. Na cidade do Rio de Janeiro, o resultado das eleições municipais aponta um atraso neste sentido em relação a outras capitais do Brasil. Mas por quê? Como fortalecer a esquerda na cidade sem reforçar as estruturas raciais e patriarcais da divisão de classes? Para que isso seja possível, o campo progressista precisa enfrentar o debate racial em suas instâncias, desde a composição das direções até a capilarização do partido e fortalecimento das lideranças negras. O racismo nos expulsa da política, uma vez que desestabilizamos a política masculinista branca instaurada nas direções e ocupação dos espaços de poder. Nós temos outras linguagens, outras tecnologias. Nós somos forjadas na distribuição, e não na concentração. Nada vai mudar significativamente enquanto homens brancos seguirem descaradamente privilegiados, inclusive nos partidos de esquerda.

O coletivo Combahee River, organização de lésbicas negras feministas ativa em Boston de 1974 a 1980 nos alerta: “Em nossas práticas políticas, nós não acreditamos que o fim sempre justifica os meios. Para atingir objetivos políticos “corretos”, usam-se muitas ações reacionárias e destrutivas. Como feministas, não queremos comprometer pessoas em nome da política. Acreditamos no processo coletivo e na distribuição não hierárquica de poder dentro de nosso grupo, bem como em nossa visão de sociedade revolucionária”. Com essa sabedoria, temos que avaliar nossa política de alianças e o quanto favorecem ou apagam as nossas pautas em curto, médio e longo prazo. Alianças neoliberais em frentes amplas pela democracia não nos interessam, assim como não nos interessa fortalecer sistemas que reproduzem desigualdades e hegemonias de poder.

Como diz a deputada estadual, Érika Malunginho, a eleição de mulheres negras é uma denúncia. Uma denúncia do racismo, do sexismo e da LGBTIfobia. Nós, mulheres negras, ainda somos minoria na política, embora estejamos disputando a sociedade e fazendo política todos os dias, seja lutando por saneamento básico, mobilidade urbana, creches e comida. Por outro lado, quando ocupamos os espaços de poder sofremos ameaças de morte, fakes news e perseguições, como fazem com a deputada federal Talíria Petrone.

Uma bancada de esquerda com maioria de homens brancos não é uma vitória para nós, feministas negras. Com coragem, precisamos fortalecer um corpo coletivo de dissidências e de revolta contra essa política cisheteromasculinista e branca. A nós, mulheres, população negra e LGBTI, cabe a tarefa de pressionar a direção dos partidos, construir nossas bases, fortalecer nosso corpo coletivo que tem outra forma de fazer política e

também cobrar a ocupação dos cargos desses mandatos por pessoas negras, mulheres e LGBTIs de movimentos sociais. Não acredito em nova ou velha política, acredito em política com ou sem comprometimento real com a justiça social e a democracia em seus sentidos mais amplos, o que necessariamente envolve as práticas e elaborações feministas, antirracistas, socialistas e antiLGBTifóbicas.

Sempre levo comigo uma frase do Coletivo Combahee River: “como feministas negras e lésbicas, sabemos que temos uma tarefa revolucionária bem definida e estamos prontas para uma vida de trabalho e luta”. A nossa única opção é mudar o mundo, e não faremos isso sozinhas ou mal acompanhadas.

Camila Marins é jornalista, feminista e ativista negra e LGBT.

Nosso corpo é arma política, fala antes de abrirmos a boca, diz cofundadora do coletivo Juristas Negras

Coletivo busca aumentar a inclusão de mulheres negras no sistema de Justiça

[\(Folha de S.Paulo | 20/11/2020 | Por Renata Galfe\)](#)

Um grupo de mulheres negras fundou em 2019 o coletivo Abayomi Juristas Negras. O foco delas é combater o racismo institucional e aumentar a inclusão de mulheres negras no sistema de Justiça.

O coletivo surgiu em Pernambuco e hoje já atende pessoas em todo país, oferecendo capacitação e treinamento para concursos públicos e para o exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Chiara Ramos, que é cofundadora da Abayomi e procuradora federal, foi quem criou a metodologia. Ela destaca que, além do conteúdo cobrado nos

concursos, a metodologia se volta também a questões físicas, emocionais e espirituais dos candidatos.

[Acesse essa matéria na íntegra no site de origem](#)

Mulheres negras e poder: um novo ensaio sobre as vitórias, por Roberta Eugênio

Em respeito às mais velhas, peço licença, agradeço e me pergunto: por onde andavam todos vocês, que não estavam lendo e ouvindo Sueli Carneiro?

[\(Olhares Negros/Congresso em Foco | 19/11/2020\)](#)

Em 2009, [Sueli Carneiro](#) (filósofa, escritora e ativista) escreveu um ensaio intitulado “Mulheres negras e poder: Um ensaio sobre a ausência”, afirmando que, infelizmente, a relação entre as mulheres negras e o poder era inexistente.

Sueli não tratava apenas da ausência pela baixa representação, falava sobre aquelas mulheres negras que, mesmo presentes na institucionalidade, foram interrompidas por questões advindas das discriminações de raça e de gênero.

[Acesse a matéria na íntegra no site de origem](#)

Roberta Eugênio é advogada e pesquisadora associada do Instituto Alziras, foi assessora parlamentar da vereadora Marielle Franco até o seu assassinato, em março de 2018. Formada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sua atuação acadêmica e profissional tem sido dedicada às temáticas dos direitos humanos e do enfrentamento do

racismo e da violência política de gênero e raça. Foi advogada de diversas organizações do terceiro setor, incluindo a Redes das Marés. No Instituto Alziras, tem acompanhado particularmente a trajetória política de mulheres prefeitas e de candidatas ao Legislativo e ao Executivo.

‘Vai acontecer comigo o que aconteceu com a Marielle’, diz vereadora negra eleita e ameaçada em Joinville

Polícia Civil instaurou inquérito para investigar injúria racial e ameaças de morte sofridas pela primeira mulher negra eleita no maior colégio eleitoral de Santa Catarina. Ao G1, ela falou sobre as ameaças, o assassinato do companheiro e dos planos para o mandato.

[\(G1 SC | 19/11/2020 | Por Caroline Borges\)](#)

A professora Ana Lúcia Martins (PT), de 54 anos, tornou-se no domingo (15) a primeira vereadora negra eleita em [Joinville](#), no Norte catarinense. Mas o que era para ser uma semana de alegria após a vitória tornou-se de desgaste físico e emocional.

Quando soube da [ameaça de morte publicada em uma rede social](#), na terça-feira (17), durante a reunião com assessores, ela logo pensou: “Vai acontecer comigo o que aconteceu com a Marielle. E eu me perguntava, gente, mas eu nem assumi o mandato”, disse Ana se referindo à vereadora do Rio de Janeiro morta em 2018, quando estava no carro com o motorista Anderson Gomes. Ambos foram alvejados por tiros. [Ainda não houve condenação](#).

[Acesse a matéria na íntegra no site de origem](#)

A violência política contra parlamentares negras

Projeto de lei busca eliminar atos que afetam o exercício da atividade pública

[\(Folha de S.Paulo | 18/11/2020 | Por Talíria Petrone, Andréia de Jesus, Érica Malunguinho, Mônica Francisco, Renata Souza e Dani Monteiro\)](#)

Somos seis mulheres negras parlamentares. Enquanto você lê este artigo, é provável que uma de nós, ou uma de nossas companheiras, esteja sendo alvo de algum tipo de agressão. A sub-representação de mulheres negras nos espaços de poder e nos processos eleitorais tem como causa as incontáveis práticas de violência política, que se apresentam como barreiras antes mesmo de sermos candidatas e se mantêm durante processos eleitorais e após sermos eleitas. Somos intimidadas em todas as instâncias.

A brutalidade a que nós somos submetidas não tem sutilezas. Vai de “piadas” infames e provocações, passando por intimidações, ataques virtuais e até ameaças graves, como a que levou a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) a pedir proteção à ONU. Carregamos ainda a dor pelo assassinato atroz da vereadora Marielle Franco e o silêncio desmedido sobre quem mandou matá-la e por quê. É precisamente essa a definição de violência política: atos sistêmicos com o objetivo de excluir pessoas ou grupos sociais da esfera pública de debate e decisão. Em nossa sociedade, essa violência tem fundamentos raciais e de gênero.

[**Acesse o artigo completo no site de origem.**](#)